

O tamanho da crise

César Benjamin

Folha de S. Paulo, 7 de março de 2009

Os ativos bancários podres já conhecidos superam o trilhão de dólares, apenas nos EUA. Estima-se que mais 3 trilhões devem aflorar nos próximos meses. O PIB americano caiu 3,8% no último trimestre de 2008, a taxa de desemprego subiu e as indústrias automobilísticas ainda admitem a possibilidade de falência, tudo isso depois de pacotes trilionários. O governo Obama tem o mérito de ter aprovado um programa que não pretende apenas combater a crise, mas promover mudanças mais estratégicas, principalmente na área de energia e no padrão tecnológico. Ainda não cogita avançar na estatização do setor bancário. Por meio de simulações, tenta antecipar necessidades futuras, para cobrir caso a caso os ativos podres que ainda estão por surgir. Muitos acham que é perda de tempo e que a estatização de vários dos dezenove grandes bancos, ou de todos (“grandes demais para quebrar”), se imporá. Em média, dois bancos de médio porte estão sendo estatizados por semana. Mesmo prometendo cortes de subsídios e elevação de impostos para os ricos, o governo prevê um déficit orçamentário de 12,3% do PIB no ano fiscal de 2009.

A crise bancária é igualmente generalizada na Europa, acompanhada da queda de 5,9% do PIB no último quadrimestre. A estatização parcial do sistema bancário começou na Irlanda, passou pela Inglaterra e atingiu a Alemanha. A União Europeia discute em alto nível novos padrões de regulamentação do sistema, tentando aprová-los em semanas, a tempo de serem levados à reunião do G-20 em abril. Até aqui, porém, não chegou a um consenso. Um dos pontos sensíveis é a percepção de que nenhuma regulamentação funcionará em um mundo repleto de paraísos fiscais. A extinção dessas zonas francas, onde se realizam grandes operações obscuras – muitas das quais ilegais –, sempre foi um assunto tabu, especialmente para os Estados Unidos, mas começa a entrar na ordem do dia, diante da necessidade premente.

Os limites de déficit e de endividamento previstos pelo Tratado de Maastricht e pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (que criou o euro) foram sepultados até pela conservadora Alemanha, de modo que a economia da União Europeia já funciona sem regras, pois neste momento, em tese, todos os países teriam de ser punidos. A Itália, que precisa rolar 200 bilhões de euros, está à beira da insolvência. Financistas como George Soros pedem a criação de eurobonds para evitar a bancarrota dos países mais vulneráveis, mas, por enquanto, a proposta esbarra no veto alemão. Diante do impasse, discute-se o abandono do euro, algo impensável há pouco tempo. A imediata consequência seria uma corrida de desvalorizações cambiais que trariam grande desordem macroeconômica no espaço europeu.

O Japão anda de lado desde 1991. De lá para cá, empreendeu vários programas de grandes obras públicas que não funcionaram. Há quem diga que gastou demais em obras inúteis, duplicadas e redundantes, que só criaram empregos durante o período de construção e não elevaram a produtividade da economia; há quem diga que gastou de menos e de forma muito diluída no tempo. Mesmo sem consenso, mas também premido pela necessidade, o país prepara mais um gigantesco programa de investimentos públicos para tentar reagir a uma queda de 12,7% no PIB no último quadrimestre, com 3,6 milhões de novos desempregados desde dezembro.

O quadro internacional é grave. Teremos muita crise pela frente. Os políticos brasileiros precisam parar de fabricar factóides, de olhar para o próprio umbigo e de discutir ninharias.